

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 39ª Reunião do GT-Qualidade

Grupo de Trabalho:	Qualidade (CT-MH)
Reunião:	39ª Reunião do GT-Qualidade
Data:	15/04/2025 - 09h30
Local:	Videoconferência (<i>link: meet.google.com/tna-kqdo-dyv</i>)
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, abordaram sobre a implantação das estações automáticas o Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Foi apresentado o novo Boletim integrado de qualidade e quantidade das Águas das Bacias PCJ e, uma versão preliminar do Procedimento Operacional Padrão (POP).
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da Memória Técnica da 38ª Reunião do GT-Qualidade, realizada em 04/02/2025; 3. Informes; 4. Boletim Integrado; 5. POP - Sistema de Alerta Piracicaba; 6. Outros assuntos 7. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A reunião foi aberta pela Sra. Lilian Peres (Cetesb), coordenadora do GT-Qualidade, que agradeceu a presença dos membros e iniciou a reunião. Quanto ao item 2, a Sra. Lilian informou que foi enviado junto da convocação a minuta da memória técnica da 38ª Reunião do GT-Qualidade, realizada em 04/02/2025, por videoconferência. Questionou se haveria a necessidade de leitura, que foi dispensada. Assim, a Sra. Lilian colocou em votação e a minuta foi aprovada por todos. Quanto ao item 3, a Sra. Lilian informou sobre o projeto apresentado em março para a implantação de quatro novas estações automáticas de monitoramento, conforme definido no GT-Qualidade e na Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ. Com a instalação dessas novas unidades, a rede passará a contar com oito estações no total. O projeto, aprovado na 33ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, em 28/03/2025, inclui insumos para a manutenção das estações por pelo menos quatro anos, além da implantação de dois novos postos fluviométricos e pluviométricos, ampliando a integração dos dados de qualidade e quantidade. Em complemento, o Sr. Eduardo Léo (Agência PCJ) informou que a proposta foi submetida no primeiro ciclo do FEHIDRO e já passou pela fase de enquadramento, restando apenas um ajuste referente à reserva financeira, a ser tratado no relatório de situação. Ressaltou que o projeto busca fortalecer a rede de monitoramento com estações de qualidade plenamente integradas a pontos de medição de chuva, nível e vazão. Também foi prevista a aquisição de materiais substituíveis das sondas, garantindo a manutenção em médio prazo. O Sr. Eduardo Léo destacou as dificuldades burocráticas em curso no processo de contratação da manutenção, embora os trâmites estejam em andamento. Por fim, mencionou que estão sendo conduzidos diálogos com a CETESB para viabilizar a aquisição automática de dados do SIMQUA pelo SSD-PCJ, com expectativa de conclusão técnica do serviço até o final do ano de 2025. Quanto ao item 4, a Sra. Ana Cruzatto (Agência PCJ) seguiu com a apresentação do novo Boletim integrado de qualidade e quantidade das Águas das Bacias PCJ, enfatizando que o boletim já contempla os dados de janeiro e fevereiro de 2025, permitindo o início de uma série histórica de monitoramento. Informou que o boletim foi desenvolvido por meio do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Agência PCJ, SP Águas e CETESB. O boletim integra dados de qualidade (oxigênio dissolvido, condutividade, turbidez e

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 39ª Reunião do GT-Qualidade

temperatura, obtidos por sondas automáticas) com dados de quantidade (chuvas e vazões), gerando uma visão mais completa do monitoramento. Informou que o boletim está disponível no site da Sala de Situação, no mesmo canal utilizado para os boletins tradicionais de quantidade. Além disso, dados brutos e microdados podem ser acessados via plataformas como o SAISP, SSD-PCJ e o SIMQUA. Em seguida, o Sr. Eduardo Leo sugeriu que a Secretaria Executiva junto à CT-MH solicite formalmente à Diretoria da Agência PCJ uma ação de divulgação do boletim integrado de monitoramento. Destacou que a divulgação é essencial para estimular o consumo das informações e consolidar o boletim como ferramenta de referência, especialmente nas regiões dos rios Piracicaba, Atibaia e Jaguari.

Quanto ao item 5, a Sra. Lilian apresentou uma versão preliminar do Procedimento Operacional Padrão (POP) do sistema de alerta do rio Piracicaba, destacando a participação de diversos atores da bacia e a necessidade de contribuições. Informou que o documento do POP foi enviado juntamente com a convocação da reunião, porém, após o envio, foram realizadas alterações internas. Na sequência, apresentou a minuta com as novas contribuições e detalhou os seguintes itens: i. introdução; ii. objetivo; iii. definições; iv. metodologia; v. procedimentos; vi. divulgação; vii. emissão, revisão e aprovação. Após a apresentação, os membros fizeram sugestões quanto ao conteúdo: a) O Sr. Luís Filipe Rodrigues (ASSEMAE/SANASA) sugeriu a inclusão de um nível de atenção anterior ao nível crítico, para permitir tempo de resposta e planejamento. Além disso, sugeriu a utilização de alertas via SMS com base em parâmetros de qualidade da água, como exemplo de ferramenta de prevenção. Pontuou a necessidade de canais adicionais de comunicação, além do existente (0800), visando maior eficiência na comunicação fora do horário comercial; b) O Sr. Eduardo Léo complementou e concordou com a criação do nível de atenção, destacando a importância de associar a leitura do oxigênio dissolvido (OD) a outros parâmetros, como pH e vazão, para uma avaliação mais precisa e abrangente da situação. Enfatizou a relevância da comunicação com os usuários de recursos hídricos, especialmente indústrias e serviços de abastecimento público, sobretudo em situações mais críticas. Nesse sentido, sugeriu a centralização dos relatos de ocorrências em um único canal, com o objetivo de aprimorar o tratamento e a gestão dos dados. O Sr. Eduardo Léo questionou o papel dos Comitês PCJ em contextos críticos, sugerindo que sua atuação seja mais estratégica. Nesse sentido, propôs a avaliação da interação entre o POP e a “Operação Estiagem PCJ”, visando maior integração entre as iniciativas. Outra sugestão apresentada foi a inclusão em todas as reuniões da CT-MH, de um questionamento padrão sobre a ocorrência de acionamentos tipo 3 ou tipo 4. Explicou que a proposta é transformar essa verificação em uma prática formal nas reuniões, para garantir que todos os participantes estejam cientes de eventuais ocorrências relevantes. Considerando que na CT-MH já contempla uma seção chamada “Ocorrências”, o Sr. Luis Filipe sugeriu que essa seção passe a incluir um item específico referente à CETESB, no qual se questione se houve algum acionamento ao órgão (especialmente dos tipos 2, 3 ou 4) promovendo maior transparência e compartilhamento de informações entre os membros dos Comitês PCJ. O Sr. Eduardo Léo sugeriu considerar o papel da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e de outras agências reguladoras no sistema de alerta, especialmente em situações que envolvam o uso inadequado da água; c) A Sra. Cátia Casagrande (SP Águas) esclareceu que a SP Águas poderá contribuir dentro de suas atribuições, desde que haja envio formal das demandas para análise da diretoria. Informou que as solicitações precisam ser encaminhadas por e-mail, via Sala de Situação, em nome do diretor Felipe Gobet de Aguiar. Ressaltou que a SP Águas utiliza dados de estações de qualidade instaladas no âmbito do GT-Qualidade, mas não é responsável por elas, atuando apenas no apoio à produção de boletins. Mencionou que a SP Águas já emite boletins e alertas de inundações, e sugeriu discutir com a CETESB níveis críticos de vazão que possibilitem a emissão de alertas de estiagem. Sugeriu a inclusão da CETESB na lista de

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 39ª Reunião do GT-Qualidade

	<p>envio dos relatórios de inundações; d) O Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel (ASSEMAE) sugeriu a inclusão da Defesa Civil no plano de emergências, considerando sua capacidade de mobilização e comunicação com os municípios em situações de crise. Também, propôs a criação de um cadastro de atores envolvidos na gestão dos rios, incluindo potenciais infratores e aqueles afetados pela poluição. Diante disso, a Sra. Lilian comentou as sugestões propostas pelos membros e informou que após a reunião seria encaminhada a versão atualizada do documento para ciência dos membros do GT e complementação do POP pela SP Águas e Agência das Bacias PCJ. Informou que pretende realizar reunião com os membros do ACT para avançar na elaboração do documento visando sua apresentação no GT-Qualidade.</p> <p>Nada mais havendo a debater, a Sra. Lilian agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião.</p>
Próxima reunião:	10/06/2025, às 9:30h – 40ª Reunião do GT-Qualidade.
Observações:	SAISP - link SSD – PCJ - link SIMQUA - link Sala de Situação – Boletins Mensais - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)

1	Alexandre Gonçalves (Embrapa)
2	Ana Beatriz Cruzatto (Agência das Bacias PCJ)
3	Ana Oliveira (Agência das Bacias PCJ)
4	Andre Figols (Agência das Bacias PCJ)
5	Cátia Andersen Casagrande (SP Águas)
6	Debora Lavoura (Agência das Bacias PCJ)
7	Diego de Oliveira Pinto (ASSEMAE/SANASA)
8	Eduardo Leo (Agência das Bacias PCJ)
9	Karen Cristina Tasaka (DAE Jundiaí)
10	Karoline de Goes Dantas (SP Águas)
11	Lilian Barrella Peres (CETESB)
12	Luclecia Soares (Agência das Bacias PCJ)
13	Luís Filipe Rodrigues (ASSEMAE/SANASA)
14	Massao Okazaki (Morador de Jundiaí)
15	Michele Consolmagno (INEVAT)
16	Nathalia Teles da S. Corá (Agência das Bacias PCJ)
17	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (ASSEMAE)
18	Pedro Gerhard (Embrapa)
19	Rafael Antonio Alves Leite (SP Águas)
20	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.